

**DECISÃO COREN/AL N° 013/2018, DE 14 DE MARÇO DE 2018.**

**Regulamenta o pagamento de jetons e do auxílio de representação no âmbito do COREN/AL.**

O Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas - COREN/AL, no uso de suas atribuições legais, estabelecida no Art. 15, incisos III e XIV da Lei n° 5.905/73 e,

**CONSIDERANDO** a Resolução COFEN N° 470/20115, de 24 de fevereiro de 2015;

**CONSIDERANDO** a Resolução COFEN N° 491/20115, de 21 de outubro de 2015;

**CONSIDERANDO** que aos Conselheiros efetivos e suplentes do COREN/AL podem ser atribuídas tarefas de representação, nos termos da lei;

**CONSIDERANDO** a possibilidade de ocorrerem despesas com locomoção e refeição para o desempenho de atividades de representação na cidade de origem do membro ou colaborador do COREN/AL;

**CONSIDERANDO** que é vedado o enriquecimento sem causa da administração pública, sendo devida a justa indenização das despesas havidas para execução de atividades, devidamente atualizada, a qualquer título, que tenham gerado benefícios diretos ou indiretos ao COREN/AL;

**CONSIDERANDO** a necessidade de editar normas que regulamente o pagamento de jetons e do auxílio de representação no âmbito deste Regional e

**CONSIDERANDO** a deliberação do Plenário em sua 486ª Reunião Ordinária do dia 14 de março de 2018,

**DECIDE:**

**Art. 1º.** Estabelecer os critérios para o pagamento de jetons e do auxílio de representação para conselheiros e colaboradores que se encontrem à disposição do COREN-AL para participarem de reuniões e exercerem atividades político-administrativas e de gerenciamento superior.

**DOS JETONS**

**Art. 2º.** Aos conselheiros efetivos e suplentes deste Regional, convocados, é devida a retribuição pecuniária através de jetons, pela efetiva participação nas reuniões plenárias ordinárias ou extraordinárias ou ainda nas reuniões de diretoria, com a finalidade de ressarcir os meios materiais utilizados para o comparecimento às referidas reuniões.

**Parágrafo único.** Consiste o jeton em verba de natureza indenizatória, transitória, circunstancial, não possuindo caráter remuneratório e que tem como objetivo exclusivo retribuir pecuniariamente os conselheiros e colaboradores pelo comparecimento às sessões plenárias e reuniões de diretoria deste Conselho.

**Art. 3º.** O valor a ser pago a título jetom, pelo comparecimento nas reuniões plenárias ou de diretoria de que trata o Art. 2º desta Decisão, será de 140,00 (cento e quarenta reais) cada, ficando este Conselho limitado ao pagamento de apenas 04 (quatro) jetons mensais.

§ 1º – Na hipótese da ocorrência, em um mesmo dia, de reunião plenária e de reunião de diretoria, havendo compatibilidade, será pago o valor de 01 (um) jeton pela participação efetiva na reunião plenária e o valor de 01 (um) jeton pela participação efetiva na reunião de diretoria.

§ 2º – Em caráter excepcional, poderá ser pago um número maior de jetons, desde que devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

§ 3º – O jeton devido ao conselheiro presidente deverá ser acrescido do percentual de 30% (trinta por cento).

§ 4º – O jeton devido aos demais conselheiros diretores deverá ser acrescido do percentual de 20% (vinte por cento).

### **DO AUXÍLIO DE REPRESENTAÇÃO**

**Art. 4º.** O auxílio representação consiste em verba de natureza indenizatória referente aos gastos relativos a deslocamento e alimentação ocorridos com a prática de atividades político-representativas, de gerenciamento superior e outras atividades correlatas, na cidade de origem de seu requerente.

§ 1º As atividades político-representativas consistem no comparecimento ou participação em reuniões, eventos oficiais, seminários, conferências, jornadas, oficinas e congressos.

§ 2º As atividades de gerenciamento superior consistem no desempenho de atribuições legais e regimentais próprias dos membros da Diretoria do Conselho.

§ 3º Por atividades correlatas compreendem-se as fiscalizações, sindicâncias, inspeções, grupos de trabalho, instrução de processo ético, comissões, capacitações e palestras.

**Art. 5º.** O auxílio representação poderá ser concedido aos conselheiros efetivos ou suplentes do COREN-AL, ou a colaboradores, pelo desempenho de atividades político representativas dos respectivos Conselhos, desde que expressamente convocados, convidados, nomeados ou designados para tal fim.

**Parágrafo Único** – Para os fins de que trata esta Resolução, o profissional de enfermagem deverá estar legalmente habilitado, em situação regular no Conselho de Enfermagem a que está inscrito e em pleno gozo de seus direitos inerentes ao exercício profissional, nos termos da legislação vigente.

**Art. 6º.** O auxílio representação deverá ser requerido por meio de formulário próprio acompanhado do ato de convocação, designação ou nomeação da autoridade competente.

§ 1º O beneficiário do auxílio representação deverá apresentar, no prazo preclusivo de até 30 (trinta) dias contados da data de realização da atividade, o relatório das ações empreendidas, acompanhada do certificado de participação ou de outros documentos comprobatórios do cumprimento da atividade representativa.

§ 2º É vedado o pagamento do auxílio representação na pendência de apresentação do relatório descrito no parágrafo anterior.

§ 3º Na apresentação do pedido de auxílio representação o setor responsável deverá confirmar através do formulário “Exame de Documentação de Pré - Análise para Concessão do Auxílio Representação” (Anexo I desta Resolução), se estão preenchidas as condições para continuidade da solicitação do requerente.

§ 4º O pedido de auxílio representação cabe exclusivamente ao requerente/beneficiário designado pela autoridade competente à apresentação dos documentos que necessários a sua concessão, vedada à transferência de tais obrigações a terceiros.

§ 5º Ocorrendo inconformidades no pedido, o servidor competente do respectivo Conselho comunicará imediatamente ao interessado, mantendo a solicitação sobrestada até que o beneficiário cumpra o que lhe é por dever, dentro do prazo preclusivo estabelecido no § 1º do art. 4º desta Resolução.

**Art. 7º.** O valor unitário de referência do auxílio representação no âmbito do COREN-AL é de **R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) por dia de atividade político representativa ou de gerenciamento superior**, ficando o seu pagamento limitado ao valor correspondente a até 15 (quinze) auxílios representação por mês.

§ 1º O pagamento do auxílio representação de que trata o caput deste artigo será efetuado na seguinte proporção, observando-se as características peculiares do beneficiário na estrutura do respectivo Conselho de Enfermagem:

I – Conselheiros, 100% (cem por cento) do valor unitário de referência;

II – Membros da diretoria, 100% (cem por cento) do valor unitário de referência acrescido de 20% (vinte por cento), sobre aquele;

III – Presidente, 100% (cem por cento) do valor unitário de referência, acrescido de 30% (trinta por cento) sobre aquele;

IV – Colaboradores de nível superior, 80% (oitenta por cento) do valor unitário de referência.

V – Colaboradores nível médio, 70% (setenta por cento) do valor unitário de referência.

§ 2º A concessão do auxílio representação em quantidade superior a definida no caput deste artigo, assim como para atividades que ocorram em dias de sábados, domingos e feriados ficará condicionada à apresentação de justificativa consubstanciada pelo requerente e seu deferimento motivado pela autoridade competente.

**Art. 8º.** É vedado o pagamento do auxílio representação cumulativamente com a diária.

**Art. 9º.** As despesas extraordinárias de pequeno valor, não relacionadas com locomoção urbana, alimentação e pousada, excepcionalmente ocorridas no desempenho das atividades descritas nesta Resolução, poderão ser ressarcidas por decisão da Diretoria do Conselho de Enfermagem, desde que o pedido seja instruído por meio documental idôneo, permitido em lei.

**Parágrafo único** – Considera-se despesa extraordinária de pequeno valor aquela que não exceda o montante equivalente a 03 (três) auxílios representação.

**Art. 10.** Os valores fixados nesta Decisão poderão ser atualizados anualmente aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC correspondente à inflação acumulada no ano.

**Art. 11.** A efetivação do disposto nesta Decisão fica condicionada à previsão orçamentária e existência de disponibilidade financeira deste Regional.

**Art. 12.** Os procedimentos e os formulários necessários ao requerimento, concessão e prestação de contas das verbas indenizatórias encontram-se positivados no Manual de Procedimentos para Formalização do Processo de Concessão de Auxílio de Representação e Jeton, contido no anexo I da presente Resolução, disponível no site do Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas.

**Art. 13.** Fica revogada a Decisão COREN/AL N.º 030/2015.

**Art. 14.** Esta Decisão entrará em vigor após sua homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem – COFEN e publicação no Diário Oficial do Estado.

Maceió, 14 de março de 2018.

**Renné Cosmo da Costa**  
**COREN/AL N.º 371396-ENF**  
**Presidente**

**Paulo Jorge Torres G. Silva**  
**COREN/AL N.º 205404-ENF**  
**Secretário**

## ANEXO I

### MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO DE REPRESENTAÇÃO E JETON

Procedimentos para formalização do processo de concessão de auxílio de representação e jeton pagos a Conselheiros, assim como auxílio de representação pagos a Colaboradores do COREN - AL.

**Art. 1º** O presente Manual define critérios a serem observados por parte dos envolvidos na sistemática de concessão de jeton pagos a Conselheiros, assim como auxílio de representação pagos a Conselheiros e Colaboradores do COREN - AL.

**Art. 2º** Para percepção de auxílio de representação, as requisições, inclusive via e-mail, serão encaminhadas à área especificadamente designada pela Presidência.

**Art. 3º** Os Auxílios de representação serão concedidos, observando-se os seguintes critérios:

- I.** Formulário de requisição, devidamente preenchido (anexo I-A);
- II.** Portaria de designação, convocatória (Anexo I-C) ou convite oficial, quando cabíveis;
- III.** Relatório circunstancial que correlacione especificamente os dias despendidos com as atividades desenvolvidas (anexo I-B);
- IV.** Documentos comprobatórios da realização das atividades realizadas como, por exemplo, declaração de participação em eventos ou atividades, cópia de diplomas ou certificados de participação, cópia de ata de reunião, cópia de lista de presença.

**§1º** Convite Oficial, entre outras situações, pode ser entendido como a Convocatória (Anexo I-C) encaminhada a membros de Grupos de Trabalho, Câmaras Técnicas ou Comissões;

**§2º** A Convocatória é de responsabilidade do Coordenador do Grupo de Trabalho, Câmara Técnica ou da Comissão, quando da realização de suas atividades.

**§3º** No caso de execução das atividades serem desenvolvidas somente pelo Coordenador do Grupo de Trabalho, Câmara Técnica ou Comissão, sem a necessidade da convocatória dos demais membros dessas, poderá o Coordenador justificar a necessidade no campo específico da requisição de auxílio de representação.

**§4º** Para comprovação da condição de legalmente habilitado e em pleno gozo de seus direitos inerentes ao exercício profissional, o requisitante, que não for conselheiro federal, deverá promover a juntada, anualmente, na primeira requisição de Auxílio de Representação do Exercício, cópia da carteira profissional de enfermagem e declaração do COREN, em que estiver registrado, informando que o mesmo encontra-se em pleno gozo de seus direitos inerentes ao exercício profissional.

**§5º** Para comprovação da capacidade técnica ou científica, o requisitante, que não for conselheiro federal ou profissional de enfermagem, deverá promover a juntada, na primeira requisição, de Auxílio de Representação do Exercício, cópia do Curriculum Lattes e Cópia do Diploma de Conclusão de Curso de Graduação ou do Diploma de Especialista, Mestre, Doutor ou Pós-Doctor, quando for o caso.

**Art. 4º** A percepção de jeton esta adstrita ao comparecimento às reuniões em Plenário ou Diretoria, mediante Documento de Comprovação de Comparecimento encaminhado pelo Secretário do COREN - AL.

**§1º.** Para o cálculo da quantidade de jeton devida, considerar-se-á o dia de comparecimento.

**§2º.** Na hipótese da ocorrência, em um mesmo dia, de reunião plenária e de reunião de diretoria, havendo compatibilidade, será pago o valor de 01 (um) jeton pela participação efetiva na reunião plenária e o valor de 01 (um) jeton pela participação efetiva na reunião de diretoria.

**Art. 5º** A apresentação de formulários indevidamente preenchidos ou com documentação inapropriada ou ausentes, serão recusados e a área competente comunicará de imediato ao requisitante para proceder à respectiva adequação.

**Art. 6º** Em situação de excepcionalidade, quando não puderem ser observados os instrumentos de designação especificados no artigo 3º (Portaria, Convocatória ou Convite Oficial), deverá ser adotado o ato autorizativo proposto no Anexo I-D, desta Resolução.

**Art. 7º** Os Auxílios de Representação concedidos pelo COREN - AL deverão ser autorizados pela Presidência da Autarquia ou responsável especificamente designado por meio de Portaria.

**Art. 8º** Os processos de concessão de Auxílio de Representação e de Jeton, devidamente contabilizados, serão encaminhados para análise de regularidade pela área técnica a ser designada pela Presidência, que encaminhará para aprovação do ordenador de despesa ou a quem este delegar.

**Parágrafo único** Os ordenadores de despesa, de que trata o caput do presente artigo, são: Presidente e Tesoureiro.

**Art. 9º** Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário do COREN - AL, por meio de Decisão.



# Coren<sup>AL</sup>

Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas

2018-2020

UM NOVO TEMPO

## ANEXO I-A REQUISIÇÃO DE AUXÍLIO DE REPRESENTAÇÃO

1 - Data

2 - DE

3 - PARA

### FAVORECIDO

4 - Nome

5 - CPF  6 - Cargo

7 - Dados Bancários | Banco  Agência  Conta Corrente  Conta Poupança

8 - Contatos | Telefones  E-mail

### 9 - OBJETIVO

- PLENÁRIA  - SINDICÂNCIA  - REPRESENTAÇÃO  - SIMPÓSIO / CONGRESSO  - OUTROS

### 10 - PORTARIAS, CONVOCATÓRIAS, CONVITES OFICIAIS

### 11 - ESPECIFICAR

### 12 - LOCAL

### 13 - PERÍODO

À

### 14 - QUANTIDADE DE AUXÍLIOS

### 15 - DESLOCAMENTO

- AÉREO  - RODOVIÁRIO  - PRÓPRIO

**Em caso de deslocamento aéreo, juntar comprovante da emissão do bilhete aéreo.**

16 - ATIVIDADE REALIZADA NO FINAL DE SEMANA, FERIADO OU EM PERÍODO DIVERSO DO DETERMINADO PELA PORTARIA, CONVOCATÓRIA OU CONVITE OFICIAL:

NÃO  SIM  JUSTIFICATIVA:

### 17 - OBSERVAÇÕES

**Declaro e dou fé, para os fins de direito, que as informações prestadas neste formulário são verdadeiras, sob as penas da Lei em vigor.**

20 - Autorizador:

19 - Requirante:

**ANEXO I-B**  
**RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

<b>NOME:</b>	<b>CARGO/FUNÇÃO/QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:</b>
<b>LOCAL DAS ATIVIDADES</b>	<b>DATA INÍCIO:</b> <b>DATA TÉRMINO:</b>
<b>INSTITUIÇÕES/EVENTO VISITADOS:</b>	
<b>OBJETIVO:</b>	

**ATIVIDADES**

<b>DATA</b>	<b>DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS</b>

Relacionar documentos que comprovem o objeto da atividade:

<b>Assinatura do Responsável:</b>	<b>Data:</b>
-----------------------------------	--------------



# Coren<sup>AL</sup>

Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas

2018-2020

UM NOVO TEMPO

## ANEXO I-C

### MODELO DE CONVOCATÓRIA

<b>Membro(s) Convocado(s):</b>	
--------------------------------	--

<b>Cargo/Função/Qualificação Profissional:</b>	
--	--

<b>Portaria/Ato de Convocação:</b>	
------------------------------------	--

<b>Período:</b>	____/____/____ a ____/____/____
-----------------	---------------------------------

<b>Horário (24 h) de início:</b> ____:____ h	<b>Horário (24 h) de término:</b> ____:____ h
--	---

<b>Local de realização dos trabalhos:</b>	
---	--

<b>Finalidade da atividade:</b>
---------------------------------

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Coordenador



# Coren<sup>AL</sup>

Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas

2018-2020

UM NOVO TEMPO

## ANEXO I-D

### MODELO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES COM FINS DE REQUERIMENTO DE AUXÍLIO DE REPRESENTAÇÃO

<b>Nome:</b>	
<b>Cargo:</b>	<b>CPF:</b>
<b>Local de realização das atividades:</b>	
<b>Data de Início:</b> ____/____/____	<b>Data de Término:</b> ____/____/____
<b>Atividades a serem desenvolvidas:</b>	
<b>Instrumento de designação (número da Portaria, Número da Reunião Plenária e outros):</b>	
<b>Finalidade das atividades a serem desenvolvidas:</b>	
<b>Assinatura</b> _____ <b>Nome do Solicitante</b>	<b>Data:</b> ____/____/____
<b>Assinatura</b> _____ <b>Presidente</b>	<b>Data:</b> ____/____/____

\* OBS: Este formulário deve ser utilizado somente na impossibilidade de comprovação de realização de atividades por meio de instrumentos convocatórios.